

STF fecha acordo com governo e Congresso para manter emendas, mas cobra ajustes

Acordo mantém emendas Pix, mas prevê mais transparência

Fim do impasse

Representantes dos três poderes chegaram a consenso para alterar regramento sobre pagamentos indicados por parlamentares, que seguirão suspensos até a definição de parâmetros. Isso deve ocorrer em até 10 dias. Debate tem como pano de fundo a disputa pelo orçamento federal

O Supremo Tribunal Federal (STF) anunciou ontem ter chegado a um acordo com o Congresso e com o governo para dar fim ao impasse sobre as emendas parlamentares. Após almoço que reuniu todos os juizes da Corte, dois ministros de Estado e os presidentes do Senado e da Câmara, ficou definido que os pagamentos serão mantidos, porém deverão "respeitar critérios de transparência, rastreabilidade e correção". Até que um novo regramento seja fixado, o que deve ocorrer em 10 dias, os repasses seguirão suspensos.

Entenda o que foi definido

EMENDAS INDIVIDUAIS
Como funcionam: são impositivas, o parlamentar precisa indicar a localidade que receberá o recurso e seu nome aparecerá como autor da indicação.
Valor: o total autorizado para este ano é de R\$ 25 bilhões. Cada deputado tem direito a indicar a destinação de R\$ 37,9 milhões, enquanto cada senador define a aplicação de R\$ 69,6 milhões.
O que foi decidido: serão mantidas e permanecerão impositivas, mas serão definidas novas regras em um prazo de 10 dias.

Emendas são parcelas do orçamento federal que os congressistas direcionam para seus redutos eleitorais. Na semana passada, liminar do ministro do STF Flávio Dino suspendeu todos os pagamentos de emendas impositivas – ou seja, as que o governo é obrigado a executar – até que fossem estabelecidos requisitos de transparência. A decisão estremeceu a relação entre Supremo e Congresso e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a ensaiar uma retaliação, enviando para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que restringem os poderes da Corte. Diante da crise, o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, convocou a reunião de ontem.

Pelo acordo anunciado, as transferências especiais, conhecidas como emendas Pix, que estão no centro do debate, foram mantidas e continuarão impositivas, mas o Congresso precisará identificar previamente o destino dos recursos e prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU). Outra novidade é de que deputados e senadores devem priorizar a destinação de recursos a obras inacabadas (leia

TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS (EMENDAS PIX)
Como funcionam: correspondem a uma modalidade de emendas individuais e são impositivas, mas neste caso os valores são transferidos diretamente aos caixas de Estados e prefeituras, sem a necessidade de convênios com o governo federal. Também não é obrigatório indicar como o valor será usado.
Valor: corresponde a R\$ 8,2 bilhões do total reservado para as emendas individuais este ano.
O que foi decidido: serão mantidas e permanecerão impositivas, mas será necessário indicar o destino do recurso e priorizar obras inacabadas, além de apresentar prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).



Presidente do STF, Luís Roberto Barroso, convocou reunião diante de tensionamento causado por liminar

Há um consenso pleno de que é preciso que haja rastreabilidade dessas emendas.

Luís Roberto Barroso

Presidente do STF

mais abaixo). Segundo Barroso, as emendas Pix eram "o tema mais problemático" da discussão. Durante a reunião, a extinção dessa modalidade chegou a ser discutida, mas a conclusão foi de que é preciso aumentar a transparência.

– Há um consenso pleno de que é preciso que haja rastreabilidade dessas emendas. É preciso saber quem indica e para onde vai o dinheiro, tudo sob controle do Tribunal de Contas da União.

Também estiveram no almoço o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Vitória do governo

Os ministros do STF vinham demonstrando preocupação com a captura do orçamento pelo Legislativo. Ao suspender as emendas, Dino chegou a afirmar que as despesas criadas pelos parla-

mentares são uma "anomalia". Quando votou no caso, Gilmar Mendes, decano do tribunal, também defendeu a necessidade de "preservação das competências conferidas ao Executivo e de consecução do desenvolvimento econômico e social".

O valor reservado para emendas parlamentares no orçamento de 2024 chega a cerca de R\$ 44,6 bilhões, a maior parte de execução obrigatória. Em 2014, o valor era de R\$ 6,1 bilhões. Com isso, as indicações dos congressistas, que há 10 anos correspondiam a 3,95% do conjunto das despesas discricionárias do governo, este ano vão representar 20,03%.

O acordo também prevê que as emendas indicadas pelas comissões temáticas da Câmara e do Senado sejam destinadas a "projetos estruturantes" a partir de acertos entre Congresso e Executivo, o que, na prática, representa vitória do governo Lula. —

Pacheco fala em PEC para conter aumento do valor

Após o almoço, Luís Roberto Barroso afirmou que esse foi o "consenso possível" para preservar a governabilidade e, ao mesmo tempo, garantir a participação do Congresso no orçamento federal:

– Conseguimos enfrentar dois debates, a rastreabilidade e a fragmentação (orçamentária). A questão do volume de recursos ainda é essencialmente política e não estava em discussão.

Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que será discutido

um mecanismo para que o valor das emendas cresça de forma proporcional às despesas discricionárias do poder público. Conforme ele, isso pode ocorrer via proposta de emenda à Constituição (PEC).

Ainda segundo Pacheco, esse ajuste é necessário para "evitar que haja algum tipo de descompasso ao longo do tempo em que as emendas parlamentares vão tendo um percentual cada vez maior em detrimento da discricionariedade orçamentária do próprio Poder Executivo". —

R\$ 44,6 bilhões

é o valor reservado para emendas no orçamento de 2024

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Notícias Pagina: 8